



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 12.446, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021.

**DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO
DA BOLSA ESPORTIVA MUNICIPAL.**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII c/c art. 57, inciso I, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como com o disposto na Lei nº 6.853, de 09 de fevereiro de 2018, com alterações posteriores e, considerando o teor do processo administrativo nº 218222/2021-e

DECRETA:

Art. 1º A Bolsa Esportiva Municipal, instituída pela Lei nº 6.853, de 09 de fevereiro de 2018, passa a ser regulamentada pelo presente Decreto.

Art. 2º Para pleitear a concessão da Bolsa Esportiva Municipal, os interessados nas categorias atletas não profissionais, paratletas, guias, técnicos e auxiliares técnicos deverão preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - ter participado de competições esportivas e paradesportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa Esportiva Municipal, no caso de atletas, paratletas e guias;
- II - ter participado de competições esportivas e paradesportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional, no caso de técnicos e auxiliares técnicos;
- III - apresentar autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privada, no caso de atleta com menos de 18 (dezoito) anos de idade.

§ 1º Com o deferimento da concessão da Bolsa Esportiva Municipal, o requerente obrigatoriamente representará o Município de Itajaí em todas as competições que a Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FMEL for participante e desejar convocá-lo, sob pena de, obrigatoriamente, ter que devolver integralmente os recursos recebidos até a data da liberação efetiva.

§ 2º O requerente beneficiado com a Bolsa Esportiva Municipal oferecerá como contrapartida, autorização para o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como usará a marca oficial do Município de Itajaí e da FMEL e de seus patrocinadores oficiais em seus uniformes e nas demais matérias de divulgação e marketing.

§ 3º Para o ano de 2022, devido a pandemia COVID-2019 e a não participação da FMEL em algumas competições FESPORTE, poderão ser considerados os resultados de 2019 a critério da FMEL definidos em edital.

Art. 3º Para pleitear a concessão da Bolsa Esportiva Municipal, os interessados na categoria profissional de iniciação esportiva deverão preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - apresentar comprovada experiência como profissional de iniciação esportiva, na respectiva modalidade, por no mínimo 02 (dois) anos;
- II - ter participado de cursos de capacitação ou formação na respectiva modalidade;

Art. 4º A concessão da Bolsa Esportiva Municipal fica limitada a uma por atleta não profissional, paratleta, guia, técnico, auxiliar técnico e profissional de iniciação esportiva.

Parágrafo único. Fica proibida a inscrição na Bolsa Esportiva Municipal em mais de uma categoria por requerente, caso ocorra, o pleito do requerente será sumariamente invalidado, salvo no caso em que uma delas seja para categoria atleta não profissional ou paratleta ou guia.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Art. 5º A Bolsa Esportiva Municipal será concedida para atletas não profissionais, paratletas, guias, técnicos, auxiliares técnicos e profissionais de iniciação esportiva, nos seguintes valores:

I - Técnicos, Auxiliares Técnicos e Profissionais de Iniciação Esportiva:

- a) Técnico: valor correspondente a até 24 UFM;
- b) Auxiliares Técnicos: valor correspondente a até 19 UFM;
- c) Profissionais de Iniciação Esportiva: valor correspondente a até 19 UFM;

II - Atletas não profissionais, Paratletas e Guias:

- a) Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), Jogos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC) e Competições Internacionais: valor correspondente a até 14 UFM;
- b) Joguinhos Abertos de Santa Catarina e Competições Nacionais: valor correspondente a até 06 UFM;
- c) Olimpíadas Estudantis Catarinense (OLESC) e Competições Estaduais: valor correspondente a até 03 UFM.

Art. 6º Os critérios a serem considerados para a classificação e definição dos valores serão:

I – Histórico do requerente na modalidade;

II – Conquistas históricas;

III – Resultados em competições, medalhas e troféus;

IV – Categoria Esportiva na qual se encontra o requerente;

V – Capacitação profissional, no caso de técnicos, auxiliares técnicos e profissionais de iniciação esportiva;

VI – Importância do requerente e da modalidade na programação da FMEL, mediante critérios definidos em edital.

§ 1º O processo de seleção, a forma de avaliação de pontuação dos critérios, a definição e repasse dos valores individuais serão definidos em edital.

§ 2º As atas de avaliação dos beneficiados serão publicadas no site oficial do Município, devendo constar a pontuação do beneficiado com base nos critérios de avaliação fixados, o valor mensal concedido e a quantidade de parcelas, sem prejuízo das possibilidades de desligamento previstas nos §§1º e 2º do artigo 6º da Lei nº 6.853, de 2018.

Art. 7º Os atletas não profissionais, paratletas, guias, técnicos, auxiliares técnicos e profissionais de iniciação esportiva beneficiados pela Bolsa Esportiva Municipal, deverão representar o Município de Itajaí sempre que convocados pela FMEL, sendo cabível à Comissão de Análise do Programa Bolsa Esportiva Municipal decidir pela rescisão do benefício e devolução dos valores recebidos no ano vigente.

Art. 8º A avaliação documental e curricular de cada requerente, a disponibilidade financeira e a conveniência da concessão da Bolsa Esportiva Municipal caberão a uma Comissão composta por 05 (cinco) membros, sendo um destes, o Diretor Executivo da FMEL, que presidirá a mesma e indicará os demais membros.

Parágrafo único. A Comissão de Análise do Programa Bolsa Esportiva Municipal somente deliberará quando contar com a presença de maioria absoluta dos membros regularmente designados.

Art. 9º Ficam impedidos de pleitear a Bolsa Esportiva Municipal os membros da Comissão de Análise do Programa Bolsa Esportiva Municipal, bem como servidores públicos efetivos da FMEL e servidores nomeados em cargo de provimento em comissão.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Art. 10. Os atletas não profissionais, paratletas, guias, técnicos, auxiliares técnicos e profissionais de iniciação esportiva, deverão como pré-requisito para concessão e manutenção do Bolsa Esportiva Municipal, manter suas rotinas de treinamento no Município, bem como comprová-las.

Art. 11 Através de edital, publicado no Jornal Oficial do Município e afixado no site da FMEL, serão divulgadas a data e as demais condições de inscrição e obrigações para o pleito da Bolsa Esportiva Municipal.

Art. 12 Os atletas não profissionais, paratletas e guias beneficiados apresentarão mensalmente relatório de atividades até o quinto dia útil do mês subsequente, e prestarão contas relativas ao plano de trabalho até o último dia útil do ano corrente da contemplação, apresentando os seguintes documentos:

I - relatório de atividades anual em modelo padrão;

II - declaração própria, ou do responsável se menor de 18 (dezoito) anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa Esportiva Municipal foram utilizados para custear as despesas do beneficiado com a sua manutenção pessoal e esportiva.

Art. 13. Os técnicos, auxiliares técnicos e profissionais de iniciação esportiva beneficiados apresentarão mensalmente relatório de atividades até o quinto dia útil do mês subsequente e prestarão contas relativas ao plano de trabalho até o último dia útil do ano corrente da contemplação, apresentando os seguintes documentos:

I - relatório de atividades anual em modelo padrão;

II - declaração própria de que os recursos recebidos a título de Bolsa Esportiva Municipal foram utilizados para custear as despesas do beneficiado com a sua manutenção pessoal e esportiva.

Art. 14. O não cumprimento das disposições previstas no artigo 12 e no artigo 13, deste Decreto, relativo a prestação de contas da Bolsa Esportiva Municipal implicará na não concessão do benefício no edital do ano seguinte, podendo o proponente participar nos demais anos subsequentes, desde que seja regularizada a pendência relativo a prestação de contas junto à FMEL.

Art. 15. Caberá à FMEL a fiscalização do cumprimento das atividades desenvolvidas pelo beneficiário, a qualquer tempo e sem aviso prévio.

Art. 16. Caberá à Comissão de Análise do Programa Bolsa Esportiva Municipal a análise de intercorrência sobre qualquer beneficiário, podendo, por decisão da mesma, rescindir o benefício e, quando devido, determinar a devolução dos recursos recebidos no ano vigente.

§ 1º São motivos para a rescisão do benefício, o inadimplemento de qualquer termo da Lei nº 6.853, de 2018, e deste Decreto, bem como a ocorrência de pelo menos uma das seguintes hipóteses atribuíveis ao atleta, paratleta, guia, técnico, auxiliar técnico e profissional de iniciação esportiva:

I - deixar de satisfazer quaisquer dos requisitos exigidos para a concessão do benefício;

II - deixar de prestar contas dos recursos recebidos, no prazo e forma estabelecidos por este Decreto;

III - técnico, auxiliar técnico e profissional de iniciação esportiva que deixar de comparecer ao local, dia e horário determinado na contrapartida conforme prevê este Decreto, bem como as competições determinadas e convocações da FMEL;

IV - atleta, paratleta e guia que deixar de comparecer ao local, dia e horário determinado para treinamento, bem como as competições determinadas e convocações da FMEL;

V - quando for eliminado em fase que antecede à etapa estadual das competições FESPORTE;

VI - comprovação do uso de documento ou declaração falsos para obtenção do benefício;



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

VII - inidoneidade de documento apresentado à Superintendência Administrativa das Fundações ou à FMEL, ou falsidade de informação prestada pelo beneficiário, a qualquer momento;

VIII - quando exigido, deixar de apresentar documentação de comprovação das informações, bem como, relatórios de atividades mensais;

IX - por solicitação do beneficiário;

X - por decisão ou ordem judicial;

XI - por evasão ou abandono do beneficiário conforme previsto no artigo 6º, §§1º e 2º, e seus respectivos incisos, da Lei Municipal nº 6.853, de 2018;

XII - por falecimento do beneficiário;

XIII - por advento de gestação que impede a contemplada de exercer suas atividades como atleta, paratleta, guia, técnico, auxiliar técnico ou profissional de iniciação esportiva, exceto quando comprovado por documentação médica que garanta a contemplada exercer suas atividades sem risco de comprometimento a sua integridade física durante a gestação.

§ 2º Será sempre assegurada a ampla defesa e o contraditório nos processos de que trata este artigo.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogado o Decreto nº 12.202, de 11 de maio de 2021.

Prefeitura de Itajaí, 28 de dezembro de 2021.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município